


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0006893-31.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **BO, OF, IP-Flagr. - 1774/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1627/2018 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 193/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **WANDERSON DAMIANA VIEIRA**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 20 de setembro de 2018, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **WANDERSON DAMIANA VIEIRA**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção das algemas, sendo que esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disto e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal. Prosseguindo, foram inquiridas a vítima Gabriela Camargo Latorre, as testemunhas de acusação Rafael Henrique Invaldi e Vagner Aparecido Regazzoni, sendo o réu interrogado ao final, o que foi feito através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 155, *caput*, do Código Penal uma vez que subtraiu o celular da vítima. A ação penal é procedente. O réu confessou a subtração do celular e esta confissão está em sintonia com os depoimentos da vítima e testemunhas ouvidas. Embora por pouco tempo o réu teve a posse da res furtiva, o que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

neste caso acarreta o reconhecimento da consumação, uma vez que a jurisprudência atual sobre o assunto aponta que o momento consumativo ocorre quando o agente do furto ingressa na posse do objeto, mesmo que por pouco tempo. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. o réu é reincidente por latrocínio, que é um roubo seguido de morte, devendo ser reconhecida a reincidência específica, uma vez que o crime de roubo nada mais representa do que uma subtração acompanhada de violência ou grave ameaça. Assim, incabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, devendo neste caso iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. Tendo em vista a confissão do acusado em juízo, a Defesa deixa de tecer pedidos relativos à improcedência da ação. No tocante à pena requer-se a imposição da reprimenda no mínimo na primeira fase da dosimetria e a compensação da agravante da reincidência com a confissão da atenuante da confissão espontânea na segunda fase. Na terceira, requer-se o reconhecimento de que o delito se deu na modalidade tentada, diminuindo-se a pena nos termos do § único do artigo 14 do CP. A teoria da “amotio” é apenas uma das teorias no tocante ao momento da consumação do delito que no presente caso, além de injusta, ela seria contra legis, pois contrariaria o disposto no inciso II do artigo 14, do CP. Isto porque no presente caso o delito não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do acusado. Ele tomou o celular das mãos da vítima e não chegou a andar nem 50 metros, como por ela dito, e já foi abordado pela testemunha Rafael, sendo o celular imediatamente tomado pela vítima de volta. O acusado não teve posse pacífica da res e não se pode dizer nem mesmo que teve a posse, pois já foi abordado em questão de segundos após tenta subtrair o celular. Desta feita requer que o delito seja reconhecido na sua forma tentada, com a redução consequente da pena. Requer-se a fixação de regime diverso do fechado para início do cumprimento da pena e a substituição da pena corporal por penas restritivas de direitos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. WANDERSON DAMIANA VIEIRA**, RG 45.664.458, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, do Código Penal, porque no dia 12 de julho de 2018, por volta das 18h40min, na Rua Major Jose Inácio, nº. 2400, Vila Faria, nesta cidade e Comarca, subtraiu, para si, 01 (um) celular da marca Motorola, bem avaliado em R\$ 800,00 (oitocentos reais), em detrimento da vítima *Gabriela Camargo Latorre*. Consoante o apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ao avistar a vítima sentada no interior de seu veículo GM/Celta, placas ETI-6248, cor prata, que se encontrava regularmente estacionado na via publica, manipulando o aparelho celular supradescrito e com as janelas do carro abaixadas, o réu se aproximou do referido automotor e, uma vez ali, questionou *Gabriela* sobre as horas. Assim, após diminuir a vigilância



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

da ofendida, o denunciado tratou de puxar o referido aparelho celular que se encontrava nas mãos dela, logrando subtraí-lo. A seguir, na posse do aludido bem, o acusado saiu correndo, na tentativa de se evadir do local dos fatos. Ocorre que, muito assustada, *Gabriela* anunciou que teria sido vítima de furto, chamando a atenção de populares, oportunidade em que o transeunte *Rafael Henrique Invaldi* saiu no encalço do denunciado, obtendo êxito em detê-lo logo em seguida, encontrando em seu poder o bem da ofendida. E tanto isso é verdade, que policiais militares foram acionados via COPOM para comparecer ao local dos fatos, sendo que, uma vez ali, foram informados por *Rafael* e pela vítima acerca dos acontecimentos acima narrados, logrando prender o denunciado em flagrante delito. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls.82). Recebida a denúncia (fls.98), o réu foi citado (fls.119) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (Fls.127/128). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a desclassificação para o crime tentado e pleiteou a aplicação da pena mínima com substituição por penas restritivas de direito. **É o relatório. DECIDO.** A denúncia é procedente. O réu confessou a prática do furto e a sua confissão está integralmente confirmada na prova oral colhida. Com efeito, o réu se aproximou da vítima que estava dentro do seu veículo e na posse do celular. Puxou conversa e aproveitou a oportunidade para arrebatar o aparelho celular da vítima. Como esta passou a gritar uma testemunha, que vinha de encontro com o réu, tratou de segura-lo. Então o aparelho subtraído foi recuperado. Ao contrário do sustentado pela Defesa o furto se consumou, porque houve a inversão da posse do bem das mãos da vítima para as do réu e isto é suficiente para a consumação, ainda que tal posse tenha sido efêmera, como hoje vem entendendo os Tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, não havendo mais a necessidade de ter o réu a posse tranquila e desvigiada do bem para a consumação. A condenação é medida que se impõe. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para impor pena ao réu.** Observando os elementos formadores do artigo 59 e 60 do CP, em especial que o réu tem péssimos antecedentes, com a personalidade voltada para a prática de crimes contra o patrimônio e conduta social reprovável por se dar ao vício de droga, reputo necessário o agravamento da pena mínima, o que faço em um sexto, porque não resultou consequência para a vítima, que conseguiu recuperar o seu objeto, resultando em um ano e dois meses de reclusão e onze dias-multa, no valor mínimo. Sem alteração na segunda fase porque a despeito da agravante da reincidência existe em favor do réu a atenuante da confissão espontânea, devem do uma circunstância compensar a outra. Torno definitiva a pena fixada por inexistir

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

causa modificadora. Não é possível a substituição por pena alternativa, porque o réu é reincidente, inclusive por crime contra o patrimônio, porque estão ausentes os requisitos do artigo 44, incisos II e III do CP. **CONDENO**, pois, **WANDERSON DAMIANA VIEIRA** à pena de **um (1) ano e dois (2) meses de reclusão e onze (11) dias-multa, no valor mínimo**, por ter infringido o artigo **155, “caput”, do Código Penal**. Fixo o início de cumprimento da pena no **regime semiaberto**, que reputo suficiente para o caso, não sendo merecedor do aberto por ser reincidente. O réu não poderá recorrer em liberdade. Como permaneceu preso desde o início, com maior razão deve continuar recolhido agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):